



OBSERVATÓRIO SOBRE AS ESTRATÉGIAS DA INDÚSTRIA DO TABACO

observatoriotabaco.ensp.fiocruz.br

Editorial

A VOZ DA INDÚSTRIA ESTÁ ROUCA, MAS SEGUE SEDUTORA

A ideia de escrever o livro *Roucos e Sufocados - a indústria do cigarro está viva, e matando*, publicado em agosto deste ano pela Editora Elefante em parceria fundamental com o Cetab/Fiocruz e a ACT – Promoção da Saúde, nasceu de uma ação do Ministério Público no Paraná, de 2011, que denunciava violações trabalhistas nas lavouras de tabaco, na região Sul do Brasil, inclusive exploração de mão de obra infantil. Desse contato inicial com o tema, produzimos algumas reportagens, trabalho que nos pareceu pouco frente a um universo tão complexo, que envolve, além da exploração dos agricultores, uma extensa rede de poder e *lobby*.

Tínhamos viajado ao Paraná, mas não havíamos vivenciado o que seria o nosso objeto principal de investigação: a região do Vale do Rio Pardo, no interior do Rio Grande do Sul, onde estão instaladas as principais transnacionais produtoras de cigarro do planeta, como a Philip Morris e a Souza Cruz.

Acabamos por fazê-lo em 2015, visitando Santa Cruz do Sul, a “capital informal” do fumo, e Venâncio Aires. Após dias de experiência de campo, somada a uma extensa lista de leituras e entrevistas que antecederam a viagem, fizemos uma reportagem mais aprofundada, veiculada pela Agência Pública. E, de novo, nos surpreendemos: havia muito a ser investigado ainda.



O trajeto nos abriu a cabeça para o tamanho da temática. Como boa parte dos brasileiros, não tínhamos a real noção das condições laborais mais do que precarizadas dos agricultores, que chegam a trabalhar em situações de servidão moderna nas próprias terras.

Dali, apuramos o tema por mais três anos – com várias outras viagens, leituras e entrevistas – para compor o cenário que explica o caminho do lobby e do aparato institucional erguido pela indústria do tabaco.

Linhas gerais, descobrimos que a voz da indústria, embora rouca após as restrições à publicidade, está ativa, numa rede de influência que começa na região Sul do País, a partir das amarras impostas aos agricultores, bem como a co-optação de entidades que dizem representar os camponeses. O movimento parte dessa base estratégica e chega até os centros decisórios, incluindo Brasília, onde parlamentares, ministros e figuras do Judiciário a completam.

Dizemos, sem nenhum receio, que existe uma “Bancada do Fumo” no Congresso Nacional, organizada para atuar nos ministérios, nas secretarias de governos estaduais e municipais, e até em âmbito internacional. Há inúmeros relatos de tumultos, constrangimentos e pressões causados por eles em edições da Conferências das Partes (COP).

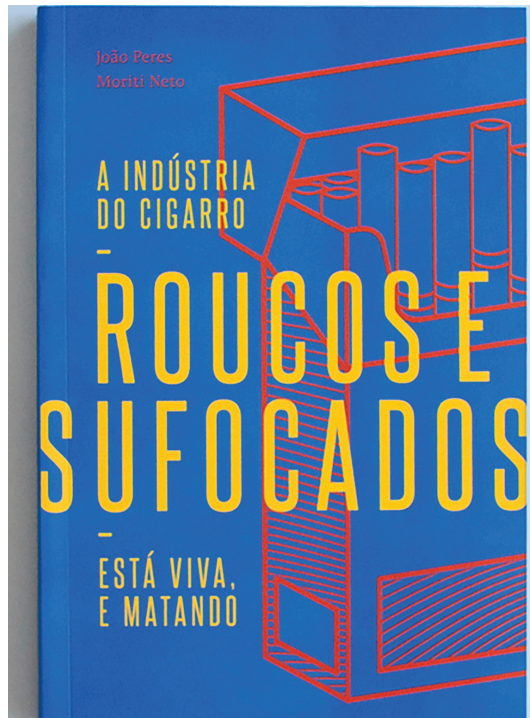
Quanto ao Judiciário, é evidente o fenômeno da “porta giratória”, em que pessoas que ocuparam cargos na esfera pública migram para outros altos escalões: os do setor privado. Constatamos a presença de figurões que passaram até pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em conselhos ligados à indústria do cigarro.

Por essas e outras razões mostradas no livro, a indústria do cigarro está viva, e matando, como diz o subtítulo de Roucos e Sufocados. E, hoje, mata sem usar a própria voz por meio do *marketing* direto, porque dirige outras vozes para fazer o serviço que antes fazia abertamente.

É certo que não se pode negligenciar que a ciência e o ativismo, em conjunto, produziram conhecimento e ação capazes de colocar limites às corporações.

A questão que nos parece fundamental, agora, é que as articulações continuem, porque a indústria, como autêntico produto da cultura corporativa, segue a sequestrar necessidades e desejos, em constante movimento, sempre renovando estratégias (o cigarro eletrônico está aí). Esperamos que o livro, além de descortinar essas estratégias, possa contribuir de fato para a luta contra um mal que segue a afetar milhões de pessoas.

João Peres e Moriti Neto
autores do livro



TESE SOBRE CONTROLE DO TABACO É PREMIADA EM PRIMEIRO LUGAR PELA CAPES

A tese do aluno de doutorado da Escola Nacional de Saúde Pública (Ensp/Fiocruz) Leonardo Henriques Portes foi contemplada com o primeiro lugar do Prêmio Capes de Teses da área da Saúde Coletiva 2018. Intitulada “*A política de controle do tabaco no Brasil de 1986 a 2016: contexto, trajetória e desafios*”, a pesquisa foi orientada por Cristiani Vieira Machado e coorientada por Silvana Rubano Turci.

“O controle do tabaco configurou uma política bem-sucedida no Brasil pois, nas últimas décadas favoreceu significativa redução na prevalência de fumantes”,

afirma Portes.

Portes ressalta alguns fatores que contribuíram para os resultados positivos alcançados no âmbito institucional e sanitário. O primeiro, refere-se à constatação do prestígio da política brasileira no cenário internacional, mediante seu compromisso com a adoção de medidas intersetoriais de controle do tabaco, desde a década de 1980, e o empenho de atores brasileiros nos fóruns e espaços decisórios internacionais relacionados ao tema.

Como segundo ponto, ele coloca a sólida estruturação da Política Nacional de Controle do Tabaco (PNCT).

“A construção de um arcabouço legal e normativo, a coordenação nacional da política com envolvimento de diversos setores, a implementação da Convenção-Quadro da OMS para Controle do Tabaco (CQCT/OMS) e o processo de descentralização da política foram fundamentais para conferir institucionalidade ao controle do tabaco no país.”

Em terceiro lugar, o aluno premiado aponta para o importante papel da sociedade civil, da academia e organizações do setor saúde, sobretudo as associações médicas e organizações que defenderam a agricultura familiar como fundamentais para o sucesso da política no período analisado.

Finalmente, destaca a mudança da aceitação social ao tabagismo durante todo esse tempo.

“De uma prática social disseminada no país nas décadas de 1980 e 1990, o tabagismo passou a ser rejeitado socialmente a partir do maior compartilhamento de conhecimento acerca dos seus prejuízos e da expansão das medidas de controle do tabaco, formalmente estabelecidas em legislações e normas variadas.”

Apesar dos avanços do controle do tabaco no Brasil, Portes, porém, salienta que o estudo também permitiu identificar a persistência de importantes desafios, exacerbados pela heterogeneidade territorial do país e a multiplicidade de atores envolvidos, compreendendo órgãos e atores governamentais e não governamentais com diferentes interesses e posições.

“O tabagismo continua sendo um grave problema de saúde pública no país e persistem dilemas em diversos setores, como agricultura familiar, economia e meio ambiente.”

Entre os desafios da política, o aluno ressalta os relacionados à diversificação de culturas, ao comércio ilícito, à interferência da indústria na política e à capacidade de atuação da Comissão Nacional para Implementação

da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (Conicq).

Segundo Portes, a sustentabilidade da PNCT é o principal desafio a ser encarado.

“A manutenção do tema na agenda do setor saúde de forma prioritária e a expansão de medidas legislativas, econômicas, educativas, de comunicação e de regulação contínuas são fundamentais.”

É importante lembrar que, de 1986 a 2016, houve a intensificação das ações de controle do tabaco no país e a consolidação do tema na agenda governamental. Em 1986, iniciaram-se as comemorações do Dia Nacional de Combate ao Fumo, estabelecido pela primeira legislação nacional destinada ao controle do tabaco. Também naquele ano foi criado o Programa Nacional de Combate ao Fumo (PNCF), marcando a institucionalização do

controle do tabagismo no Ministério da Saúde. Já 2016 apresenta-se como o ano mais recente em que foi possível concluir a análise da trajetória do controle do tabaco no Brasil.

“Eventos importantes, como o lançamento do ‘Observatório sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco’, ocorreram nesse ano”

A partir de 2006, as diversas ações voltadas para o controle do tabaco passaram a integrar a PNCT, de caráter intersetorial e que apresenta a CONICQ como espaço de governança para o cumprimento das obrigações e diretrizes estabelecidas pela CQCT.

A cerimônia de entrega do Prêmio Capes de Teses será em Brasília, em 13/12, na Associação dos Servidores da Câmara dos Deputados.

Fonte: *Informe Ensp e Capes*

Entrevista

Arquivo pessoal



Mônica Andreis
Diretora executiva
da ACT Promoção
da Saúde

“A INDÚSTRIA SE REINVENTA”

Em entrevista ao Boletim do Observatório, Mônica Andreis, diretora executiva da ACT Promoção da Saúde, destaca a atuação brasileira no controle do tabaco e comenta as estratégias da indústria para cativar novos consumidores e burlar as legislações vigentes no Brasil. Para ela, que também avaliou as discussões da COP8, o papel da ACT e do Observatório são fundamentais para monitorar as ações da indústria e alertar a população, gestores e legisladores sobre as ações de controle.

Como ACT vem atuando no controle do Tabaco no Brasil?

Mônica Andreis: A ACT é uma Organização não Governamental, existente há 12 anos no Brasil, com a missão de monitorar a implementação e cumprimento das medidas preconizadas pela Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT).

Nesse período, participamos de importantes avanços na área do controle do tabagismo no país, e isso inclui discussões com membros do executivo, legislativo e judiciário para avançarmos na efetivação da CQCT. Uma das grandes conquistas do trabalho de advocacy foi a aprovação da Lei Antifumo de São Paulo, em 2009, que impulsionou a aprovação de outras leis estaduais e municipais, culminando com a aprovação da Lei Antifumo Nacional, em 2011 e sua implementação em 2014. Destaco também o acompanhamento e discussão com a Anvisa em relação à proibição dos aditivos em cigarros. São dois exemplos entre os muitos com os quais temos atuado.

Nesse percurso, reconhecemos o quanto a indústria e seus aliados atuam para contestar, postergar ou modificar as propostas de controle do tabaco. A influência é clara. Não só no Brasil, mas também em outros países.

Mesmo com a proibição da campanha publicitária, as empresas de tabaco estão adotando novas estratégias para alcançar jovens e driblar leis. Como identificaram essa manobra?

Mônica Andreis: Na verdade, a indústria se reinventa. A publicidade é restrita aos pontos de venda e, nesse espaço, exploram a manutenção de enormes displays e posicionam os produtos perto de doces e balas para atrair jovens e crianças (há determinação da Anvisa para proibir a exposição perto desses produtos, mas só deve vigorar em 2020).

Também observamos a utilização de uma forma de propaganda que chamamos de sorrateira, por meio da utilização de influenciadores digitais. Estudo da Universidade da Carolina do Sul com pesquisadores de dez países, inclusive do Brasil, analisou como a indústria do tabaco tem feito uso das mídias sociais para propagandear suas marcas e produtos. Identificamos esse tipo de publicidade de alto nível de sofisticação, por meio da análise de casos com a associação de hashtags que se relacionam com marcas de cigarros e festas/ eventos e o uso de influenciadores digitais, tendo o jovem como público-alvo.

Por intermédio da pesquisa, alguns influenciadores digitais admitiram a divulgação do produto e o recebimento de dinheiro para exposição, o que é uma forma de burlar a legislação do país. Esse tipo de propaganda, que é ilegal, está sendo utilizada para acessar os jovens e disseminar o produto. A TobaccoFreeKids protocolou uma denúncia internacional e, no Brasil, a ACT também fez uma denúncia, junto com o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), o Centro de Estudos sobre Tabaco e Saúde (Cetab), a Associação Mundial Antitabagismo e Antialcoolismo (Amata), a Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia e as organizações internacionais Fundação InterAmericana do Coração, Tobacco Free Kids, União Internacional Contra a Tuberculose e as Doenças Respiratórias e a *Vital Strategies Brazil*.

Aproveitando esse tema, a Publicidade, promoção e patrocínio do tabaco (Artigo 13 da CQCT) foram um dos pontos de discussão da Oitava Conferência das Partes (COP8), realizada no começo de outubro, em Genebra. Qual é sua avaliação do encontro internacional?

Mônica Andreis: A ACT tem participado de todas as Conferências das Partes. A sociedade civil tem um papel muito importante no acompanhamento e monitoramento da implementação da CQCT, e isso é reconhecido no preâmbulo da Convenção. Participamos através da Framework Convention Alliance (FCA), que reúne organizações da sociedade civil de todo mundo.

Nossa avaliação é muito positiva. Foi aprovada uma estratégia global para impulsionar a implementação da CQCT nos países, e isso representa uma conquista importante. Conseguimos também avançar em medidas significativas para o Brasil. Em relação aos Artigos 17 e 18, o país liderou uma proposta, aprovada pelos demais, para dar continuidade a iniciativas que possam favorecer a diversificação da cultura de tabaco, com cooperação internacional e estudos sobre esse tema, além da avaliação do impacto ambiental e na saúde dos produtores do cultivo do fumo. Promover novas iniciativas para que se tenha uma atuação mais efetiva e apoio maior à diversificação é importante.

Os novos produtos de tabaco também foram abordados. Apesar da proibição existente no Brasil pela Anvisa, há enorme pressão da indústria para comercialização. No âmbito mundial da discussão, os países decidiram solicitar à OMS um relatório com evidências científicas independentes sobre tais produtos, a ser apresentado na próxima Reunião das Partes, uma vez que pesquisas são financiadas

pela própria indústria e faltam evidências sobre as consequências do seu uso na saúde e impacto nas políticas de controle de tabaco. A decisão é importante porque dá respaldo ao Brasil para manter a regulação da Anvisa e estimular novos estudos independentes na área.

Ratificado neste ano, o Protocolo sobre o Comércio Ilícito de Produtos de Tabaco também foi amplamente debatido na primeira Reunião das Partes, com a MOPI. Quais avanços destaca nesse campo?

Mônica Andreis: Esse tema nos interessa bastante porque existe a necessidade de intensificar as ações de combate ao mercado ilegal. E foi muito importante o Brasil ter ratificado o protocolo a tempo de participar da reunião. Tivemos a grata surpresa de ouvir a intenção do Paraguai atuar mais fortemente no controle do tabagismo, candidatando-se, inclusive, a sediar uma COP (é provável que sedie a COP10, em 2022, uma vez que a COP9 será realizada na Holanda). Isso é uma sinalização significativa, pois os problemas históricos de contrabando via Paraguai podem estar com os dias contados. Há interesse de engajamento do país na implementação da CQCT, o que pode representar uma mudança de atitude que reflete na produção e contrabando de cigarros para o Brasil e demais países da região. O mercado ilegal de produtos de tabaco é complexo, e o protocolo prevê uma série de medidas em apoio ao enfrentamento desse problema.

FIOCRUZ NA COP8

Em outubro deste ano, a cidade de Genebra, na Suíça, recebeu representantes de 181 países para a 8ª Conferência das Partes da Convenção Quadro para o Controle do Tabaco da Organização Mundial da Saúde (COP8), encontro que debateu os principais pontos para implementação do primeiro tratado internacional de saúde pública da história da OMS. Após a COP8, as ações estiveram volta-

das para a Primeira Reunião das Partes do Protocolo para Eliminar o Comércio Ilícito de Produtos do Tabaco, novo tratado internacional para combater o mercado ilícito, aprovado em 25 de setembro de 2018.

A Fiocruz, por intermédio da parceria entre o Centro de Estudos sobre Tabaco e Saúde da ENSP (Cetab) e a Coordenação de Vigilância em Saúde e Laboratórios de Referência da Fiocruz (CVSLR), integrou a delegação oficial do Brasil na Conferência. O protagonismo da instituição no auxílio à implementação da CQCT e as ações de ensino e pesquisa no controle do tabaco credenciaram a ida das pesquisadoras Valeska Figueiredo e Silvana Turci ao evento internacional.

“O Cetab está alinhado às prioridades estabelecidas pelo Brasil como Estado-Parte da CQCT-OMS. Desde sua criação, o Centro tem colaborado com a Comissão Nacional para a Implementação da



Credito: Secretariat of the WHO FCTC / P. Viot

Convenção Quadro (Conicq) nas áreas de ensino, pesquisa e cooperação. Nossa participação foi viabilizada pelo apoio da Coordenação de Vigilância em Saúde e Laboratórios de Referência da Fiocruz (CVSLR), que tem acolhido nossas demandas e colaborado com a execução de estudos e pesquisas”,

afirmou Silvana, coordenadora do Observatório.

A Delegação Oficial foi formada por membros da Conicq, representantes da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde e do Cetab/Ensp/Fiocruz. O Brasil foi protagonista nas negociações dos artigos 17 e 18, que abordam, respectivamente, o Apoio a atividades alternativas economicamente viáveis e a Proteção ao meio ambiente e à saúde das pessoas.

“O país tem hoje 150 mil famílias produtoras, e a implementação dos artigos contribuirá na adoção da Agenda 2030 do Desenvolvimento Sustentável de várias maneiras, como na segurança alimentar, promoção de bem estar e saúde, sustentabilidade econômica e trabalho decente”,

explicou a pesquisadora.



Credito: Secretariat of the WHO FCTC / P. Virot

Outro ponto importante foi o Artigo 5.3, que trata da interferência da indústria do tabaco nas políticas públicas de controle, e questões técnicas relacionadas aos Artigos 4.2.d (questões de gênero), 5.3 (interferência da indústria do tabaco), 17 e 18 (modos de vida alternativos e proteção do meio ambiente) e 19 (responsabilidade).

A coordenadora do Cetab, Valeska Figueiredo, participou como membro do Grupo de Especialistas responsável pela elaboração do documento sobre o Artigo 13 da CQCT, cujo mote é a Propaganda, Promoção e Patrocínio Transfronteiriço de Produtos do Tabaco, e integrou a relatoria da atividade.

De acordo com ela, as recomendações do Grupo e seu Relatório haviam sido mencionados em um Documento Decisório proposto pelo Secretariado da Convenção Quadro e recebeu apoio de várias Partes do Tratado, em especial no que tange à criação de um Grupo

de Trabalho a ser constituído com representantes de várias regiões.

“A finalidade é elaborar um guia específico, ou seja, um adendo ao Guia para o Artigo 13 vigente, com orientações aos países para enfrentamento das novas formas de propaganda, em especial as que utilizam meio digital como telefones celulares e Internet. A Comunidade Europeia, que congrega 28 países, fez alguns adendos ao Documento Decisório aprovado, entre os quais destacamos a criação de um website, sob responsabilidade do Secretariado, para que os países possam trocar experiências sobre essas novas formas de propaganda”,

detalhou.

No dia 5 de novembro, o Cetab/Ensp, em parceria com a Coordenação de Vigilância em Saúde e Laboratórios de Referência da Fiocruz (CVSLR) e a Casa de Oswaldo Cruz, realiza o seminário de testemunhas: Quatro décadas de história do controle do tabaco no Brasil, das 8h30 às 17h, no auditório da Fiotec.

Roucos e sufocados: a indústria do cigarro está viva, e matando – compre o livro <https://www.editoraelefante.com.br/produto/roucos-e-sufocados/>

Expediente:

Presidente da Fiocruz: *Nísia Trindade Lima*

Diretor da ENSP: *Hermano Castro*

Coordenadora do Cetab: *Valeska Figueiredo*

Corpo editorial:

Alex Medeiros Kornalewski

Alexandre Octavio Ribeiro de Carvalho

Danielle Barata

Filipe Leonel

Silvana Rubano Turci (Coordenadora do Observatório)

Tatiana Lassance Proença – Criação e editoração

Contato:

cetab.observatorio@ensp.fiocruz.br



@Observatoriotab



<https://www.facebook.com/cetab.ensp>

Estudo do INCA revela diminuição no consumo de cigarros ilícitos no Brasil.

<http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/agencianoticias/site/home/noticias/2018/estudo-do-inca-revela-diminuicao-no-consumo-de-cigarros-ilicitos-no-brasil>

Este documento foi produzido com a ajuda financeira da Vital Strategies, gerida pela União Internacional contra a Tuberculose e Doenças Pulmonares (The Union) e financiado pela Bloomberg Philanthropies. O conteúdo deste documento é da exclusiva responsabilidade dos autores e, em nenhuma circunstância, pode ser considerado como refletindo as posições de Vital Strategies e da The Union ou os doadores.



International Union Against
Tuberculosis and Lung Disease
Health solutions for the poor



FCTC

WHO FRAMEWORK CONVENTION
ON TOBACCO CONTROL

SECRETARIAT-OBSERVATORY